

# MONARQUIA

ÓRGÃO DA CHEFIA GERAL PATRIANO



ANO III

Sem Rei não há UNIÃO NACIONAL

N.º 16

São Paulo, Setembro-Outubro de 1957

Caixa Postal, 8503

Director — A. VEIGA DOS SANTOS

Redactor-Chefe — Arlinda BAPTISTA PEREIRA

## Sem Rei não há União Nacional

1. Sem Rei não há união nacional. Esta de-se tal afirmação como lema do nosso jornal. Não vámento, por certo, lá em cima o colocámos, nem foi gerado em momento de tédio ou inconsideradamente, qual mera abstracção. Não. Está escrito em nossa História, quer dizer — em nossa coltita experimental de 800 anos. E não só qualquer brasileiro de cultura profunda e actualizada com as ciências sociais, senão todos os lusíadas e hispânicos nas mesmas condições culturais sabem disso.



SS. AA. II. RR. Dom Pedro Henrique e Dona Maria Isabel de Bragança

E nela está a salvação nacional. Não há outra.

Há 68 anos que nos impuseram viver dentro de um regime espúrio. Há 68 que nos mentem, nos prometem, nos engodam, nos atrapalham, nos roubam, nos intrujam, nos envergonham, nos deformam, nos empobrecem, nos amesquinham, nos rebaixam, nos desensinam, nos asselvajam, nos aviltam, nos acanalham, nos avacalham, nos tiranizam, nos retardam e até nos matam ou deixam matar aos poucos ou, amido, brutalmente.

Isso é república, legítima república. Republicanizá-la (como às vèzes proclamam uns lorpas) é fazê-la mais isso mesmo que ela é, com sonhos ou sem sonhos. Há 68 anos que ela é isso e, se mil anos passarem, será cada vez mais isso e pior que isso, mas isso mesmo: vilania, mistificação, imoralidade, tirania.

2. Perguntai, se quiserdes, o que fêz e conseguiu, nos séculos, manter a unidade da Espanha. Indagai o que logrou manter a unidade europeu-ultramarina de Portugal. Pesquisai o como e o porquê da unidade ibero-americana, isto é da Espanha e sua América até os começos de século 19. Vereis que ao REI se deveu essa união.

5. "De 1831 a 1840 (até mais mesmo, poder-se-ia dizer, porquê o Imperador ao tomar conta do trono era um menino e não uma individualidade capaz de defender uma instituição) de 1831 a 1840 a república foi experimentada em nosso país nas condições mais favoráveis em que a experiência podia ser feita... O desastre fôra completo. Se a maioria não resguardasse a nação como um parapeito, ela ter-se-ia despenhado no abismo. A unidade nacional, que se rasgara em 1835 pela ponta do Rio-Grande do Sul, ter-se-ia feito tãda em pedaços. A experiência foi tão esmagadora que a opinião republicana de 1831 tinha desaparecido em 1837 da face do país, como desaparecera em França depois do Terror. Já nesse tempo se falava em completarmos a uniformidade política da América, em extirpar "a planta exótica". A nação, porém, tinha a razão perfeitamente lúcida, e preferia um regimen, quando mais não fôsse, que procurava acreditá-la como nação livre aos olhos do mundo e tinha interesse próprio em que a luz da mais crua publicidade se projectasse sobre cada acto dos ministros responsáveis, em que o chefe do Estado era o confidente natural da opposição, à vanglória de ser classificada entre as repúblicas americanas, com as suas dinastias de ditadores, "meio bandidos, meio patriotas", como foram chamados, e que formam, com rara excepção, a mais extensa série de governos degradantes entre povos de origem européia. Não era possível, quando o seu instinto liberal estava ainda em todo o vigor da mocidade, HIPNOTIZÁ-LA COM UMA PALAVRA (grifo nosso) para tirar-lhe

3. Buscai, em seguida, conhecer o que por duas vèzes ao menos (no século passado e neste) dividiu os espanhóis. Inquiri do motivo real da quebra da unidade brasileiro-portuguêsa, em 1822. Averigui da razão do demoramento da Espano-América.

Vereis experimentalmente a Espanha dividida neste e no passado século pela aventura trágica da implantação da república. No caso da secessão brasileiro-portuguêsa, apresentar-se-vos-á o facto de as Côrtes liberais liberticidas (como sempre) sobreporem-se ao Rei Dom João VI e procurarem "colonizar" o Brasil. No esfacelamento da América Espanhola, reconheceréis a ausência do rei espanhol substituído por um Bonaparte. Uma ausência, aparentemente tão insignificante para os teóricos do estado, aparentemente tão insignificante para os teóricos do "símbolo" que não sabem ver nada embora se creiam muito sabidos, uma simples privação de presença ocasionou tãda aquela desordem e, mais ainda, como havia de confessar Bolívar, a "ingovernabilidade" da Espano-América, "ingovernabilidade" essa que de certa maneira permanece até hoje.

4. Ai dos povos e ai dos governos que nada aprendem com a História!

E nós brasileiros temos muito para aprender. Repete-se continuamente por aí a cantilena, o realejo estúpido dos erros. Por que não haveremos de repetir o salmo das verdades políticas nacionais esportadas pelo Patrianovismo? Há uma única doutrina monárquica brasileira: é a de PÁTRIA-NOVA!

## UMA SÓ NAÇÃO E DOIS REGIMES

Já havíamos publicado o Número 14 de "MONARQUIA" quando nosso conselheiro Jerônimo Ricardo de Mattos nos trouxe uma "sensacional" notícia, verdadeira "lure" de reportagem. O acaso lá-lo reporter são encamendado, sob medida, indistinto reporter dos repórteres portadores de carteiros de identidade das A.B.I.a e A.P.I.S.P. — Por isso, recolhemos sua "reportagem" indistinta, dando ao público este "lure" que a imprensa "falada e escrita" (barbidade!) não noticiou...

\* \* \*

— "Como autêntico patrianovista, que também participar das homenagens ao Pai Português. Por isso, levei-lhe uma "lembrança" (soveski), palavra viciada de SAUDADE. A ocasião era oportuna. Sobreçando a mimosa obra "Sentimentos de Fé e do Império", rumo às 20,30 horas do dia 13 último ao Palácio dos Campos Eliseos, onde S. Excia. estava hospedado.

A oportunidade era ótima: o Pai Português lá dar conselho ao Filho Brasileiro: lá "puxar-lhe as orelhas" pelas traquinagens que vem praticando há 67 anos. Daria entrevista à imprensa, àquela que a nossa "Orgânica" define como "veículo de educação popular, de formação de gerações, de sermões de idéias"...

Nos portões, pediram-me a "identidade". Invocando Academias e Institutos de Cultura, consegui "penetrar", furando a barreira dos locais de portaria. Lá dentro, encontrei outro "penetra" que sobrejava um Leuzideu para o Papi autografar: era um "comandante" da medicina Dona Leopoldina.

Quando cheguei, introduzido no Salão Vermelho, sem o não-clássico "protocolo", reconhecendo o colega Capitão Craveiro Lopes Filho, entreguei-lhe o embrulho, rogando com empenho:

— É um livro; presente para vossa ilustre pai!

— Pois não, será entregue, e agora mesmo — redarguiu o Capitão.

Nisto, o "collega" comendador, aproveitando a deixa, também diz-lhe qualquer coisa aos ouvidos. É, instantes após, trazio-nos a agradável notícia:

— Está entregue!

Foi aí que gabei em fórnio, no salão. Postados em volta de uma comprida mesa, uma dúzia de jornalistas "bombardeavam" com perguntas o Sr. Ministro Paulo Cunha. Este, a todos cortemente respondia, com sorrisos amáveis, revelando a sua polida educação, e sua alta, altíssima classe de intelectual e do Professor da Universidade de Lisboa. Estava dando uma "aula de sabedoria política" aos filhos nascidos nesta bandeira do Atlântico.

\* \* \*

No dia seguinte procurei nos jornais a íntegra das declarações do Ministro Paulo Cunha. E, com surpresa constatei que somente o "O Estado" a publicara mais ou menos fiel, em resumo, apenas a metade, pois o texto de outra 2ª parte da entrevista silenciosamente completaram.

Éis "O Estado de São Paulo" do dia 18.6.57:

"O Sr. Paulo Cunha, ministro dos Negócios Exteriores de Portugal, pôs-se à disposição dos jornalistas para responder a "qualquer pergunta". Foi-lhe solicitado que externasse sua opinião sobre as nossas instituições e o nosso sistema de governo. Declarou que, apesar de ser o assunto delicado, não poderia deixar de considerá-lo. A impressão que tivera das nossas instituições, que ele tão bem conhecia, era a melhor possível. Compareceu a muitas sessões do Congresso, manteve contacto com nossos homens públicos; ficara certo do devotamento com que são tratados os problemas de interesse do povo e da pátria. — Estranhou, no entanto, que o presidente da República acumulasse tantas atividades. Não sabe como é que o chefe da Nação consegue "multiplicar-se". Trata de assuntos administrativos, intervém em problemas relevantes para os interesses do País e ao mesmo tempo atende, como agora, às suas obrigações protocolares com a visita do presidente Craveiro Lopes. O ministro o considera um acúmulo de atividades, o qual, na sua opinião, prejudica o governo que, às vezes, "por questões políticas de mínima importância, é obrigado a desviar-se dos problemas mais graves para contornar situações". — Em Portugal — continuou — o sistema é outro. O presidente da República é o poder moderador. O Poder Executivo é exercido pelo Conselho de Ministros do qual a principal figura é a do primeiro ministro, sr. Oliveira Salazar. O Poder Judiciário faz-lhe a execução das leis e o Superior Tribunal Administrativo delibera sobre a atividade do Executivo. Esse sistema de governar foi implantado pelo próprio povo através de plebiscitos memoráveis, diz o ministro. A Constituição delineia a atuação política dos cidadãos. Ao contrário de muitas democracias — acentuou — em Portugal há um prazo que antecede às eleições, para propaganda política dos candidatos. Passado este prazo, ninguém mais tem o direito de indagar o governo constituído com as máximas. — É também e somente durante esse período que a imprensa tem liberdade para "fazer a zozila e às vezes a confusão" — com exceção de alguns órgãos, é verdade — que bem entende e cujas consequências são desastrosas para a nação". Fêz a seguir o ministro restrições à imprensa, dizendo que ela, muitas vezes, "atrapalha e prejudica muito o governo". Contudo, uma vez eleitos os futuros governantes os jornais têm de cessar seus ataques pessoais, suas campanhas improdutivas. Mas, agora, isso não quer dizer que não haja liberdade de imprensa. Ao contrário. As "críticas construtivas e honestas são sempre levadas em consideração pelo governo que as acolhe e respeita". O que os jornais não podem fazer é agredir as autoridades "quer de dentro quer de fora do país". Não têm nem podem ter esse direito de assazar injúrias contra os poderes constituídos, ou criar "questionários" que só servem para impedir que os problemas de interesse da nação sejam proferidos, ou nunca resolvidos... "O governo precisa trabalhar em paz para realizar uma boa administração". — Declarou que o governo de Portugal não pode adotar a infiltração comunista no país. Por conseguinte, não pode haver jornal comunista. Citou, no entanto, que os monar-

[Continua na pág. 4]

## MAIS UMA PALHAÇADA REPUBLICANA

Quem, como nós, assistiu ao desenvolvimento da greve em São Paulo, não poderá deixar de concluir que mais uma vez a comédia republicana se desenrolou, na Capital Industrial do país.

A politicanalha deu um "show". Deixando das suas "altas" posições certos "políticos" misturaram-se aos "pobres" de grevistas (grupos de outros setores comunistas) para a costumeira demagoguagem com vistas às próximas eleições (sempre as próximas eleições... que se devem (?) realizar em 58).

Foi uma tragicomédia dolorosa, já que centenas de milhões de cruzados foram estupidamente destruídos, num "quadraculário" criminoso, pois que a ninguém aproveitou. Quem pagara esse imensurável prejuízo os 60 milhões de brasileiros que vivem pensando por esse país e fora, por culpa dos políticos nacionais que nos vêm DESGOVERNAR, precipitando exclusivamente — criminosos que são — com reações que se sucedem sem nenhum benefício para a nação, senão para eles próprios, pois vivem se lucrando nos cargos que

Já leu "MAURRAS — DEFENSOR DA REALIDADE",  
opúsculo patrianovista?

até mesmo a aspiração de ser livre" (Joaquim Nabuco, Um estadista do Império).

Diz tudo esse trecho de Nabuco. Decentes, incorruptos ainda (pois não fora suficientemente longa a "república regencial" para CORROMPER TUDO e TODOS — obra mestra do satanismo republicano), os estadistas vindos do primeiro Império APRESSARAM O ADVENTO DO SEGUNDO IMPERADOR, desprezaram "uma palavra" (república) pelo facto imperial da MAIORIDADE (Império).

6. Há por aí, com poder "imperandi", algum INCORRUPTO que ose mudar esse enxovalho em vigor no Brasil de presente?

Sem Rei, sem Imperador, não há União Nacional. Desordem nas Alagoas, desordem no Paraná; desordem entre Minas e Espírito-Santo, províncias que, mercê do nome republicano de "estados", já se crêm países buligerantes; desordem no Maranhão; desordem moral, jurídica, econômica, financeira, "educacional", desordem "viária", tôdas as desordens em tôda parte. Diz um telegrama da "Asapress"; procedente de Goiânia: — "Proseguem os entendimentos visando a pacificação da política goiana. Ao que tudo indica, porém, as "demarchos" nesse sentido estão fadadas ao insucesso, em virtude de os diversos partidos reivindicarem participação ativa no futuro governo, através das secretarias de Estado e departamentos".

Querem "comidas", querem "botins" os partidos, para cessarem a "guerra", pois esses vorazes contubérnios liberais democráticos são inconscientes darwinistas, em medonha "luta pela vida"; cadilacs, "autarquias", financiamentos, viagens ao exterior, sinecuras, etc., etc., são a pilhagem de que vivem.

7. E' possível continuarmos assim? E há remédio para isso fora do Rei, do Imperador, da MONARQUIA? Já se experimentou de tudo nesses malditos sessenta e oito anos de colapso da inteligência e da moralidade nacional. Querem os politiquinhos continuar isso?

8. No meio da estultícia de tantos irresponsáveis, de tantos venais, de tantos negociatas, de tantos vendilhões da Pátria, de tantos concussionários, de tantos cegos, de tantos inocentes (inclusive inocentes-úteis a serviço da velhacaria vermelha), resta-nos a esperança da Hora de Deus que eleve ao Trono vazio da Imperial Nação Brasileira o aniversariante do dia 13 de Setembro — S.A.I.R. DOM PEDRO HENRIQUE DE BRAGANÇA, DOM PEDRO III, cujo acesso ao Poder renovará o milagre do seu bisavô Dom Pedro II em 1840 — para a demonstração concreta de que COM REI HAVERÁ UNIÃO NACIONAL.

Arlindo VEIGA DOS SANTOS  
Chefe Geral Patrianovista

em luta constante com os seus boões sem fundo, para manutenção de sua vaidade e no preparo constante de futura reeleição.

X X X

O que aconteceria na Rússia, se algum operário se lembrasse de protestar a paga ou o regime de seu trabalho? Nem é bom falar. Certamente "suicidado" depois de rápido inquérito no qual o acusado "reconheceria" "crimes" declarando-se, ao mesmo tempo, traidor e indigno de viver — os "camerades" leninistas, ou estalinistas, ou malenkóvitas, ou krushevistas, seja lá qual for o ídolo de barra que estivesse, na ocasião, no poder, república urista soviética.

Que faria a imprensa soviética? O que comumente faz: tocar ao som de tuba que estiver, na ocasião, no poder, anatematizando o infeliz que tivesse a ousadia insaudita de se revoltar contra o patrio ESTADO TODO PODEROSO.

Que faz aqui a "livre" imprensa? A comunista, aplauso o "quibra-quiebra"; a socialista, com berrantes marchetes, limitou-se a divulgar os fatos, aproveitando ocasião para ganhar mais alguns tostões, fazendo um sensacionalismo louco, mas não dizemos suicida. Nenhum jornal teve a coragem de condenar o que se estava fazendo, investindo corajosamente, não contra a greve, mas contra os crimes que se estavam praticando em seu nome. Acomodou-se pacatamente a chamada imprensa "livre", limitando-se a mostrar as fotografias — fúribas depredadas pela insânia arcaica e revolucionária, e os "shows" e "politicôides" sem altura, sem dignidade, sem valor, réis aproveitadores de situações pré-eleitorais.

X X X

Na república a greve é uma necessidade, já que é a única arma de que dispõe o povo, para se defender da ganância sempre desmedida dos patrões e dos "produtores" vorazes. Ela só é necessária, entretanto, nos países democráticos (democráticos) como o nosso que não protegem como devem os operários não só desdenhando de um capitalismo deshumanizado e estado de Deus mas e especialmente dos contínuos DESGOVERNOS a que os submetidos as nações como o Brasil flageladas por sucessivas más administrações que destroem a já parca economia daqueles que trabalham.

É incrível o que se faz neste país a este respeito. Para sustentar um funcionalismo que mais parece um formigueiro (S. Paulo tem 54.000 funcionários; Distrito Federal 80.000; PORTUGAL E SUAS PROVÍNCIAS ULTRAMARINAS, — passem — APENAS 50.000) lançam-se em circulação, CRIMINOSAMENTE, milhares de dinheiro sem lastro, que desvaloriza a pobre economia de todos os brasileiros. Que adianta aumento de salário se o governo (sic) continua a não desenfreadamente para sustentar um funcionalismo tremendamente oneroso, PRODUTO DAS SUCESSIVAS ELEIÇÕES (embora os berrantes ganhos — funcionalismo — este que persistem em sustentar, para que os funcionários do governo não percam votos nas próximas eleições?

Até quando o Brasil continuará a ser DESGOVERNADO, para que políticos — vergarês — continuem a se eleger?

X X X

Alguns são os homens verdadeiramente responsáveis deste país (o exército, a marinha, que tem uma dívida de honra a saldar com o Brasil) compreenderão o que são as coisas que acontecem por aqui, e darão um jeito a tudo isto.

É não fácil o remédio para os nossos males que dizem sem remédio, mas não haver as leis de próximas eleições. Basta que chamem para ocupar o trono de seus antepassados a D. PEDRO HENRIQUE DE BRAGAÇA — Pedro III.º — e acabarão os nossos males, pois que acabou estará a república dos mesmos: a RE PÚBLICA DOS ESTADOS DESUNIDOS DO BRASIL, mas já hora implantada por meia dúzia de agentes internacionais interessados na destruição do Brasil, com a conivência criminosa de seus "cupinchas" "nacionais" instalados nas "fojas" cegamente obediência aos "grandes orientes" e seu controle.

José de OLIVEIRA PINHO

CALENDÁRIO PATRIANOVISTA

- 7 de Setembro — DIA DA FUNDAÇÃO DO IMPÉRIO.
- 13 de Setembro — DIA DO IMPERADOR (Dom Pedro III).
- 12 de Outubro — DIA DA PADROEIRA DO BRASIL (Nossa Senhora Aparecida). — Dia da Hispanidade.
- 15 de Novembro — DIA DOS MORTOS PATRIANOVISTAS.
- 2 de Dezembro — DIA DOS IMPERADORES (Dom Pedro I, Dom Pedro II, Dona Isabel I, Dom Luis I).
- 16 de Dezembro — DIA DA COMUNIDADE LUSÍADA (Elevação do Brasil a Reino).

JUBILEU EPISCOPAL DE S. E. DOM CARLOS CARMELO DE VASCONCELOS MOTA, CARDIAL-ARCEBISPO DE S. PAULO

É com a mais profunda devoção e respeito que MONARQUIA participa das homenagens ao insigne Príncipe da Igreja de Deus e intemerato patriota, o Eminentíssimo Sr. Dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Mota, defensor e animador de tôdas as iniciativas promissoras para a renovação cristã e grandeza desta Província e de tôda a Nação.

As preces pelos seus muitos e prósperos anos, feitas por tôda a comunidade, juntamos as nossas para a saúde, paz e felicidade do nosso Pastor.

S. A. I. R. DOM ALBERTO DE BRAGAÇA

Mais um esperançoso príncipe veio alegrar a Família Imperial com o nascimento, em Jacarézinho, de S.A.I.R. Dom Alberto de Bragaça, o 10.º herdeiro de S.A.I.R. Dom Pedro Henrique de Bragaça, Herdeiro do Trono do Brasil.

Ao augustíssimo casal Dom Pedro Henrique e Dona Maria Isabel de Bragaça os parabéns de MONARQUIA, com votos a Deus pelo mais risonho porvir do novo príncipe na próxima renovação do mundo que esperamos.

LEIA

"Organização Monárquica do Estado"

(sociologia política), de Jacques Valdour, tradução e anotações de A. Veiga dos Santos

DEMOCRACIAS REPUBLICANAS

Não se pensa que a democracia americana é um modelo. Tem os defeitos, os vícios, as máculas de tôdas as democracias de seu tipo. Sob muitos aspectos, é mais corrompida do que a nossa, pois a eleição de juizes, promotores, delegados, alarga demasiado o seu campo, e leva o processo de corrupção a instâncias onde não deveria nunca éle chegar... apresenta nódoas apócrifas... constituindo, algumas de suas máculas, libelos terríveis contra a poderosa nacionalidade do norte e o seu regime político... que de longe se nos apresenta sem defeitos, quando os tem muitíssimos. Joda de Scantimburgo, Nova York, 20.10.1957.

"O PATRIANOVISMO E O MUNDO ÁRABE"

A famosa revista árabe Oriente, editada neste Capital sob a competente direção do sr. Mussa Kuralem, transcreveu o nosso supra mencionado artigo em português e árabe, o que o levou ao conhecimento de tôdas as comunidades árabes dispersas pelo mundo.

O DEVER NA RÉ...

Desidero me jurar  
que esta palavra — devê —  
de tanto peso e valê,  
nunca foi bem ligricada  
pulos tá republicanos;  
foi duma lingua falada  
no tempo do Imperadê.

CATULO DA PAIXÃO CEARENSE  
(Sertão em Flor)

REPÚBLICA — A MESMA DROGA EM TODO O MUNDO

Nenhuma dessas constituições (da república francesa) pôde suscitar nos corações e nas consciências aquela adesão, aquêle respeito religioso, aquêle apêgo sentimental que, por tanto tempo, reunira os franceses em torno de um Capeto hereditário, cuja vontade era considerada como o fundamento do direito e fonte divina do poder. A França parece sempre, desde 21 de janeiro de 1793, com o homem que perdeu a própria sombra ou antes a cabeça e procura sempre, com gestos loucos e impotentes, substituí-la. — Émile Dard, diplomata da III.ª República, "La chute de la Royauté".

— Não vamos comentar as expressões impróprias usadas pelo republicano francês. Mas entre nós ainda há gente retardada mental que elogia revolução francesa, tomada de Bastilha... e ignora a revisão da História que mandou estas e quejandas bobagens para o lixo.

## A VORACIDADE DO FISCO NO BRASIL

O fisco está revelando tal voracidade no Brasil que não será de estranhar a próxima morte econômica do país devido a exageros fiscais. Paga o brasileiro impostos muito superiores à sua capacidade. Conseqüentemente baixa o padrão de vida do povo. A inflação fictícia da inflação está marchando. Em breve estaremos em face da miséria extrema, que não é mais possível esconder em varias regiões do Brasil.

As provas nefastas de tais exageros encontram-se por toda a parte. A "vorneta", veículo programado para ser vendido a preços populares, teve impostos de 300 por cento que acabaram impossibilitando a sua difusão. A fábrica não poderá mais prosseguir suas atividades.

A questão de fronteiras entre Minas e Espírito-Santo é a tributação agrícola extorsiva. Uma saca de café chega a pagar 400 cruzeiros de imposto para poder chegar ao porto de embarque.

Em São Paulo o governo do Estado e a Prefeitura estão em conflito por causa do imposto territorial. O Estado arrecada dentro do município imposto territorial. A Prefeitura argumenta que a densidade da população não permite mais que se classifique como zona rural o que é arrabalde da cidade. No fundo trata-se de briga fiscal.

A Prefeitura pretende receber mais de 300 milhões de cruzeiros por ano, não para obras reprodutivas, evidentemente mas para novos desperdícios, pois o fisco é ávido na arrecadação e a administração pródiga no desperdício. Falta inteligência criadora. O espólio, devido às altíssimas taxas cobradas, fica pago ao cabo de três anos e depois é renda contínua. No entanto, a rede de esgotos não serve nem um rânço da cidade. O fisco só investe sobre o que a iniciativa particular cria, asfixiando, no entanto, tudo. É man-pau que um dia acabará também morrendo por falta de seiva na árvore que parasitou.

— É o que nos diz o *Diário Popular*, S. P., 26-7-1957 e estamos cansados de repetir. Como poderia ser diferente se a república é regimes caro e tem de sustentar eleições, cabos eleitorais, eleitores privilegiados e todos os vícios e suas demagogias? E ainda há patheões que falam de pompas monárquicas!

## LEIA

## Filosofia Política de Sto. Tomás de Aquino

de A. VEIGA DOS SANTOS

Pedidos à Caixa Postal 8503 — Preço: Cr\$ 230,00

## UMA SÓ NAÇÃO E DOIS REGIMES (Continuação da pag. 2)

quistas têm seu jornal e defendem suas idéias livremente. "Mas isso não representa um perigo, como o do comunismo russo". (!) Mais adiante ressaltou que não há partidos políticos em Portugal. "Eles só servem para agitar a vida pública em benefício de alguns líderes ou de grupos em detrimento da coletividade". Citou exemplos, que considera "condenáveis" da ação de partidos políticos portugueses em várias fases da história do seu país. "Somos uma democracia orgânica. A nação só tem lucrado com isso. As organizações assistem substituem os partidos". — Um jornalista indagou o que ele achava das críticas feitas ao "colonialismo português". O ministro Paulo Cunha retrucou que a pergunta era descabida; esboçou uma crítica e podia acrescentar que "Portugal não é país colonialista". Se se entende por colonialismo as lutas que travamos, levando a cruz, e há a civilização a lúpereas distantes do mundo como fizemos há quatro séculos, no Brasil, então Portugal é país colonialista. Mas se por isso se entende a dominação que um país exerce sobre um povo impondo-lhe diferença de culto, raça, costumes, conservando sempre como inferior, então não somos colonialistas". — Mencionou os progressos alcançados por Argântique, Angola, Goa e Timor. Esta última possessão, apesar de ter sido ocupada pelo Japão na última guerra, fez questão de voltar a Portugal. Seus habitantes chegaram ao ponto de enterar as bandeiras portuguesas na areia das praias para com elas saúdar as tropas portuguesas que chegavam. Declarou que o indígena, uma vez evoluído, passa a ser cidadão português. "Há no Superior Tribunal de Lisboa, 1125 gosses tão bons quanto os lisboetas". Ao contrário do que se verifica em outros países "colonialistas" que estão perdendo gradativamente suas colônias, Portugal conserva-se intacto no além-mar. — Por fim, desmentiu que tivesse intenções de ser o primeiro-ministro da República portuguesa. Apesar de haver sido convidado pelo atual primeiro-ministro, sr. Oliveira Salazar, declarou que não vê a hora de voltar a ocupar sua cátedra na Faculdade de Direito. E concluiu sua entrevista afirmando que o sr. Oliveira Salazar é insubstituível no posto que ocupa e que espera que ele viva muitos anos, para felicidade de Portugal.

A outra parte, "impública", por ser pura "república", foi a seguinte:

— O senhor neste momento o Ministro deixou de ser "Excelência" poderia melhor explicar o que entende por *liberdade de imprensa*? — atrevendo um repórter.

— A imprensa — respondeu o sr. Ministro —, neste caso, está me ouvindo para transmitir aos seus leitores o pensamento do entrevistado... Se pretendo expor suas idéias, não me faça perguntas...

Todos ficaram pasmados com a resposta do Ministro. Não se esperavam supunham que ele não tivesse coragem para franquear. Em seguida, o repórter atrevendo mais ainda, perguntando: —

— Mas a isto o senhor chama — *liberdade de imprensa*?

— Quer polémica? Perdoe-me, mas não concordo em todo caso (alçando o relógio do pulso) aceitar o convite: ainda tenho 15 minutos para ficar à disposição dos senhores... Em Portugal, não há liberdade para mentir, insultar, provocar e torcer aquilo que se declarou à imprensa...

Neste instante houve um rápido sussuro na sala. Imediatamente, como que tocados por uma só vontade, 5 ou 6 microfones ou fonógrafos são rapidamente retirados de sua frente. O Ministro ainda arrebatou um micro, mas, quando fala, nota que este estava desligado...

## A REPÚBLICA NÃO FUNCIONA...

É lamentável, mas entre nós os problemas eternizam-se. Quando se olha das favelas e malocas, onde a miséria é o denominador comum, há ainda outros, inumeráveis e igualmente importantes para a coletividade, solução vem sendo postergada de governo para governo, enquanto o cidadão espera paciente o cumprimento das promessas eleitorais.

Dizem os nossos dirigentes, que a falta de solução é devida à falta de recursos, de câmbio, por exemplo, pois que não os temos para importar veículos, mais telefones, mais geradores, etc... Contudo, a isso redargui, com outra pergunta: E o dirigismo que preside nossos destinos econômicos prevê tudo isso? Não. Neste caso, por que o mantemos? E, a resposta é muito simples: Para que tudo continue como está afevelado, também sentido de nossa miséria administrativa. — C. D'AGOSTINHO, *Diário da Manhã*, 6.10.57.

## Acaba de aparecer

## POLÍTICA E TEORIA DO ESTADO

de J. P. Galvão de Sousa

Edição Saraiva. Em todas as livrarias.

É... como cortesia obriga à cortesia, o senhor Ministro então obtém... — É esta a liberdade que a imprensa quer?

Livres de qualquer registro gravado ou irradiado do que o Ministro diz em "resposta", podendo aí torcer a verdade (como é vez de da parte de nossa imprensa), os pluriativos (da imprensa escrita já que a "fal" já não mais existia) provocaram um entrevistado para publicarem a seu tal "entrevista". Assim é que, para espanto meu, que fui a única testemunha num jornal.

— "Chocaram os jornalistas as afirmações e o tom agressivo de algumas respostas do ministro português."

E mais adiante:

— "Portugal felizmente está livre da praga dos partidos".

Ora, o senhor Ministro não disse bem isso, embora eu achasse bom que tivesse dito algo de bom sem. O que disse foi:

— Os partidos em Portugal são as corporações. Além delas, quem que deseja influir nos negócios públicos, poderá fazê-lo, desde que encontre ressonância suas idéias. Menos os comunistas, o que não toleramos... socialistas, desde que não atentem contra as instituições ou perturbem a ordem pública...

— Mas as corporações não são sindicatos? — reperguntou o repórter.

— Não! O sindicalismo deu péssimo resultado na Itália e na Alemanha. Entre estes dois países e uma guerra de extrema violência. O sindicalismo é ditadura das massas!

— Então, como se explica a democracia em Portugal?

— Muito simples: pelo sistema corporativo, a representação popular é natural e legítima. Todos que trabalham, têm ofício, enfim, pertencem a uma classe viva, figuram, através de seus representantes diretos, na câmara das corporações, neste caso a Assembleia Nacional.

— É o que vem a ser corporações?

— É a democracia orgânica!

— É o que é orgânica?

— Precisávamos ser muito ignorantes para não sabermos aquilo que o quer tratado de sociologia define... Em todo caso, se o senhor ignora, quer estudar, procuremos na minha Universidade...

Neste momento, quasi todos apolaram o sr. Ministro, deixando de lado o "ignorante"... (ou de má-fé, como eu o defini).

E assim encerrou a segunda parte (final) da entrevista "entrevista", que fôsse irradiada, gravada, publicada.

Um jornal, entretanto, continuou a publicidade, assim fazendo:

— "Achamos inteiramente desnecessária a existência de partidos, pois, geralmente, agitam a vida pública, tendo em vista apenas interesses de alguns líderes em detrimento dos interesses nacionais. Definir a "democracia orgânica" — é regime existente em Portugal" como o funcionamento do governo através de organizações clássicas, que substituem as funções do partido político. Acrescentou que este regime tem possibilitado auspiciosos resultados ao país, atingindo-se os objetivos da Constituição".

Tendo sido testemunha (única na imprensa "falada" ou escrita), fiquei muito mais isto: — O senhor Ministro contou aquela fábula de Esopo, da qual que vestiu a pele de cordeiro (referindo-se aos comunistas) e contou mais a velha história de um sujeito que, para alugar-se, ofereceu aos amigos um pedaço de cabrito assado com batatas... e foi eleito!

\* \* \*

Soubes que em Portugal um deputado percibe três contos por mês e o parlamento lá funciona apenas quatro meses por ano. No Brasil, um deputado ganha sessenta contos e o parlamento funciona o ano inteiro... faz "cedilacs" e outras comidas... É mais interessante ainda que em Portugal ninguém gasta nada com propaganda eleitoral, uma vez que estas se procedem dentro das corporações... quando no Brasil, um deputado "barato", custa dois mil contos! (É o negócio)!

São Paulo, 20/6/57.

Avenida Javari, 312, Moema.

Jeronymo Ricardo de MATTOS

(\*) O paralelo foi oportuníssimo. Em Portugal, os comunistas são perseguidos à margem da lei, sendo que os monarquistas têm amplo campo de ação contrário do Brasil, onde os monarquistas cedem lugar aos comunistas... são "democráticos"...